

***Abolicionista, Caixeiro, Festeiro, Político e Sócio do
IHGAL: A contribuição do Major Bonifácio da Silveira
para o estudo da História de Alagoas¹***

***Abolitionist, Seller, Party-goer, Politician and member
of IHGAL: The contribution of Major Bonifácio da
Silveira to the study of the History of Alagoas***

Gian Carlo de Melo Silva²
Sofia Holanda Sodré de Brito Silva³

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de estudar parte das ações desenvolvidas por Bonifácio Magalhães da Silveira, conhecido como Major Bonifácio, era nascido em Pernambuco e construiu sua vida nas Alagoas, legando para sociedade um acervo documental com manuscritos recolhidos e publicados. Além de ser caixeiro, militar, ainda exerceu o cargo de Intendente de Maceió e contribuiu com publicações nas colunas Velharias e Patrimônio Histórico na Gazeta de Alagoas entre os anos de 1938 e 1945. No ano de 1943 passou a compor o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. As suas publicações dão conta de uma série de documentos, alguns remetendo ao século XVII, que foram amealhados ao longo dos anos no periódico próximo da sua aposentadoria. Para contar sua história e de seu legado recorreremos principalmente a fontes impressas, pois não existem estudos históricos sobre sua atuação. Nossas fontes, partem de uma análise de jornais do século XIX, para entender sua família e sua vida, até seus catálogos de documentos, que mesmo após sua morte continuam sendo referidos em artigos e notas nos jornais. Sua atuação, como democrata, republicano e abolicionista foi ainda maior quando observamos as festividades organizadas em Maceió e no bairro do Bebedouro, hoje um local abandonado pelo crime ambiental da Braskem.

Palavras-chave: Alagoas, Manuscritos, História, Instituto Histórico, Jornais

¹ A pesquisa é um dos resultados do Projeto História da Escravidão e da Sociedade em Alagoas - séculos XVI ao XIX - Documentos Históricos, que foi contemplado no Edital 03/2022 - Humanidades da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. Registramos nosso agradecimento pelo financiamento concedido, sem ele nossa pesquisa não teria sido realizada.

² Doutor em História e Professor de História do Brasil na Universidade Federal de Alagoas – UFAL, atualmente vinculado aos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas – UFAL e da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Coordenador do Núcleo Escravidão e Sociedade na Época Moderna – NESEM. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL e sócio correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHGPE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7326-2632> . Contato: giancmelo@hotmail.com e @nesemufal

³ Graduanda em História na Universidade Federal de Alagoas – UFAL onde é bolsista PIBIC. Integrante do Núcleo Escravidão e Sociedade na Época Moderna – NESEM. Contato: sofiaholandadebrito@hotmail.com

Abstract: This article aims to study part of the actions developed by Bonifácio Magalhães da Silveira, known as Major Bonifácio, was born in Pernambuco and built his life in Alagoas, bequeathing to society a documentary collection with collected and published manuscripts. In addition to being a cashier and a soldier, he also held the position of Intendant of Maceió and contributed to publications in the *Velharias* and *Patrimônio Histórico* columns in the *Gazeta de Alagoas* between 1938 and 1945. In 1943 he joined the Institute's membership Historical and Geographical of Alagoas. His publications cover a series of documents, some dating back to the 17th century, which were collected over the years in the periodical close to his retirement. To tell his story and his legacy, we rely mainly on printed sources, as there are no historical studies on his activities. Our sources start from an analysis of newspapers from the 19th century, to understand his family and his life, to his catalogs of documents, which even after his death continue to be referred to in articles and notes in the newspapers. His role as a democrat, republican and abolitionist was even greater when we observed the festivities organized in Maceió and in the Bebedouro neighborhood, today a place abandoned by Braskem's environmental crime.

Keywords: Alagoas, Manuscripts, History, Historical Institute, Newspapers

Introdução

A investigação histórica nos leva por caminhos as vezes estranhos, mas que proporcionam descobertas e contribuições que podem abrir novos caminhos ao fazer histórico. O encontro com esta pesquisa começou em 2010, na leitura do livro *O Banguê nas Alagoas* de Manoel Diegues Júnior, que foi escrito antes de 1948, ao menos é o que podemos concluir pelo prefácio assinado por Gilberto Freyre em setembro daquele ano. Na obra, o autor usa dados coletados na Coleção Bonifácio da Silveira, indicando que vários documentos dão conta do passado alagoano, tendo sido, até o momento, o último pesquisador a debruçar o seu olhar nas fontes da coleção. Assim, tentando lançar novos olhares para uma coleção rica e coletada por um homem que viveu em Maceió no final do século XIX e início do XX, este artigo apresenta parte dos manuscritos coletados sobre o período colonial e imperial. Documentos que nos levaram ao encontro de Bonifácio Magalhães da Silveira, tio da Nise da Silveira, ou como ficou mais conhecido, Major Bonifácio. Ao longo de alguns anos, após sua aposentadoria, coletou fontes de caráter histórico sob a justificativa de colecionar assinaturas. Sua coleção, hoje sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas recebeu o seu nome e conta com mais de 2.000 documentos que percorrem os séculos XVII, XVIII e XIX.

Para entender sua vida e o qual a importância deste legado, nosso texto foi dividido de forma que possamos percorrer sua formação e analisar um pouco dos documentos que nos servem de base para pesquisas de temas variados em Alagoas. Cabe lembrar que o Major

Bonifácio, após sua aposentadoria, ainda atuou com colunas permanentes no jornal Gazeta de Alagoas fundado por seus irmãos, durante os anos de 1938 e 1945. Suas colunas dão conta dos documentos que tinha sob sua guarda, transcrevendo e publicando, algo que podemos chamar hodiernamente como divulgação histórica. Além disso, um detalhe que também nos serve para entender a mentalidade de um homem forjado na passagem dos séculos XIX para o XX, é que ao final de algumas das transcrições dos documentos o senhor Bonifácio colocava pequenas análises e comentários, com opiniões próprias acerca do conteúdo publicado.

Nossa narrativa começa com a história da chegada de sua família com o trânsito entre Alagoas e Pernambuco na segunda metade do Oitocentos. Estabelecidos na cidade de Maceió, a inserção familiar e a sua própria, alcançou esferas governamentais, ramificando por diversos espaços de poder, como a Intendência municipal, casas comerciais e clubes abolicionistas, no governo e na imprensa. Além de uma forte influência cultural, a partir dos festejos comandados pelo Major Bonifácio no bairro histórico de Bebedouro, hoje evacuado pelo crime ambiental da Braskem, seu legado como homem que transitou em diversas esferas sociais, extrapola os limites de Alagoas, a partir de seus contatos e envio de documentos para Arthur Ramos.

Assim, após esta breve introdução, na qual tentamos apresentar nosso personagem, analisemos a partir de agora como Bonifácio Magalhães da Silveira reflete seu tempo e sua história.

O Patriarca da Família Silveira

Nossa incursão para entender o passado da família Silveira começa em Pernambuco, através de notícias coletadas nos jornais do século XIX. Conseguimos observar que o pai de Bonifácio, Luiz José da Silveira, teve seu nome envolvido em muitas notícias no jornal *Diário de Pernambuco*, sendo alguém que estava bem ativo na sociedade pernambucana. A primeira aparição que encontramos ocorreu em 8 de agosto de 1855, como ele sendo o dono de um sobrado na freguesia de Santo Antônio, um bairro de bastante movimento no centro do Recife. A notícia não era das melhores, pois o sobrado estava exalando mau cheiro e foi denunciado. Uma reclamação que poderia ser em decorrência não só de sujeira, mas num período em que as epidemias avançavam pelo Brasil, os hábitos de higiene passavam a ser mais difundidos para evitar contaminações. (Freyre, 2000; Almeida, 2018; Castro, 2007)

Voltamos a encontrar Luiz Silveira novamente em 1860, ao anunciar a venda de uma Taberna em Campo Verde, no dia 21 de maio daquele ano. Contudo, em 23 de maio, outra notícia informa que ele estava impedido de vender a sua propriedade, antes precisava pagar o que devia a Manoel Joaquim de Oliveira. Entre 23 de agosto de 1861 e 31 de julho de 1865, o pai de Bonifácio é mencionado na lista de nomes que deveriam se dirigir à loja de calçados da Rua da Imperatriz nº 16, para tratar de certos assuntos que o interessavam. Mas não é dito nas notícias quais seriam tais assuntos, suspeitamos que Luiz José da Silveira parecia estar frequentemente envolvido com coisas fora dos padrões legais.

Perseguindo novas indicações, por um tempo o teor das notícias atreladas ao pai de Bonifácio mudou. Ao menos a partir de 1864 ele começa a ser mencionado como Mordomo e Escrivão de irmandades, a “Irmandade Gloriosa Virgem da Conceição”, da qual ele era Mordomo e “Confraria do Senhor Bom Jesus da Via Sacra”, da igreja de Santa Cruz, ambas situadas no bairro de São José, vizinho ao bairro onde tinha seu sobrado. Aparentemente ele não estava envolvido nas duas ao mesmo tempo, tendo sido mencionado em 1864 na irmandade gloriosa e em 1866 continuou a ser mencionado como participante da confraria do Bom Jesus. Além de participante de comunidades religiosas, ele também participava ativamente da política, aparecendo em 1869 como um dos eleitores “efetivos” da freguesia da Boa Vista. Esse detalhe mostra que Luiz circulava nas principais freguesias do centro do Recife, algo que mostra certa facilidade de circulação, conhecimento e inserção. Além disso, o fato de ser eleitor, indica uma outra moradia, não mais em Santo Antônio, mas na freguesia que congregava na época quem tinha melhores rendas. (Costa, 2021).

Na década seguinte, as notícias passam a confirmar nossa suspeita anterior. Em 9 de fevereiro de 1871, foi noticiado que Luiz José da Silveira, juntamente com Antônio Feitosa de Mello, Luiz Tavora e José Ferreira da Silva Chaves foram presos, sob acusação de estarem produzindo moeda falsa. No dia seguinte, 10 de fevereiro, eles foram levados à Casa de Detenção, situada em Santo Antônio. No dia 21 de junho de 1871, o coronel das armas (não mencionado o nome exato no jornal) recomenda que Luiz José da Silveira e José Ferreira da Silva Chaves fossem encaminhados para o quartel situado na Rua do Hospício. Tal situação era devido ao péssimo estado sanitário da Casa de Detenção na qual eles estavam encarcerados. Além disso, ao menos Luiz da Silveira tinha patente militar, pois era tenente coronel da guarda nacional.

Pouco mais de um ano depois, em 6 de dezembro de 1872 é publicado no *Diário de Pernambuco*, que o Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Juiz de Direito do 4º

distrito criminal da Comarca de Recife sentenciava Antônio Feitosa de Mello, Luiz Tavora, José Ferreira da Silva Chaves e Luiz José da Silveira a 10 anos e 8 meses de “Gales” para Fernando de Noronha e mais uma multa correspondente a metade do tempo da prisão, eles foram enquadrados no art. 174 do código criminal combinado com o art. 9 da lei de 3 de outubro 1833, o primeiro fala da indução ao erro e o segundo, ratifica a pena para falsificação de moedas. Após a sentença, seguiram para prisão em Fernando de Noronha.

Quase dez anos depois de sua prisão, em 15 de abril de 1881, o imperador D. Pedro II, utilizando da atribuição conferida no artigo 104, secção 8 da constituição do império, realizou um decreto de perdão das penas de vários réus. Assim, Luiz José da Silveira foi um dos réus agraciados por esse decreto, como consta na publicação do Diário de Pernambuco no dia 27 de abril de 1881. Em 23 de setembro de 1882, Luiz já é mencionado como ex-sentenciado e em 8 de janeiro de 1884 é publicado no Diário que pelo juízo de direito do segundo distrito criminal do Recife o cidadão Luiz José da Silveira foi alistado como eleitor da freguesia de Santo Antônio.

Após retornar da prisão, não encontramos novos indicativos de presença dele em irmandades, sabemos que os negócios da família continuaram enquanto esteve fora. Talvez nesse período sua família tenha encontrado uma opção diferente do Recife, pois, em 19 de abril de 1885 foi publicada na seção da “Junta Commercial da cidade do Recife” no *Diário de Pernambuco* a petição de Luiz José da Silveira e Clemente Magalhães da Silveira¹ para mudança do endereço de domicílio social para a praça de Maceió, pai e filho partiam para província vizinha. Depois de abril, o pai de Bonifácio, continua aparecendo como passageiro de embarcações que chegam ao Recife, viajando provavelmente sozinho, pois deixava os seus filhos com a esposa na cidade de Maceió.

Bonifácio Magalhães da Silveira: de Caixeiro a Político

Agora que conhecemos um pouco do pai de Bonifácio vamos mergulhar na trajetória do pernambucano que fez vida nas Alagoas. Nascido em Recife no dia 14 de maio de 1867, Bonifácio Magalhães da Silveira chegou em Maceió por volta do início da década de 1880. O seu pai também era comerciante como sabemos e foi casado com Henriqueta Francisca de Souza Magalhães da Silveira, formando uma família numerosa, como podemos observar na genealogia construída no *familysearch* e que tinha vários irmãos que foram muito presentes na sociedade e na história de Maceió. Bonifácio foi o terceiro de oito irmãos, o mais velho deles

era Clemente Magalhães da Silveira, também comerciante, seguido por Veridiana Magalhães da Silveira, Luiz Magalhães da Silveira (fundador do jornal Gazeta de Alagoas), Symphrônio Magalhães da Silveira, Faustino Magalhães da Silveira (pai de Nise da Silveira), José Magalhães da Silveira e Maria Lucia da Silveira.

Já morando em Maceió, Bonifácio trabalhou no comércio nos estabelecimentos comerciais de seu irmão e de seu pai, era caixeiro, ou como falamos atualmente, balconista, na loja de sapatos situada na Rua do Comércio no centro da cidade. Com a experiência que conseguiu, posteriormente abriu sua própria loja, a qual chamou de “Democrata” (Porto, 1984, p.7). Talvez uma homenagem aos seus ideários e ao partido político que fazia parte e que o levaria para concorrer nas eleições poucos anos depois.

Antes de seu ingresso na política durante a Primeira República, conforme dados da plataforma *familysearch*, Bonifácio se casou em Maceió, no dia 29 de novembro de 1890, com a professora Eulália Theresa Benevenuto do Espírito Santoⁱⁱ. Ao que consta, nunca tiveram filhos biológicos, sendo ele considerado estéril, com isso adotaram uma criança de nome Antônio, que veio a falecer em meio a campanha política, com cinco anos de idade. Após a morte de Antônio baby, como era chamado, acabou adotando uma menina em 1894, que recebeu o nome de Odette, como podemos ver na fotografia abaixo. Odette também veio a falecer aos 32 anos, quando já estava casada e tinha constituído família numerosa, com oito filhos. Com sua partida, os netos de Bonifácio, foram adotados e criados pelo avô após a morte da mãe. (Porto, 1984).

Bonifácio e sua família



Bonifácio Magalhães da Silveira, sua esposa Eulália Theresa Benevenuto do Espírito Santo e a filha Odete da Silveira. Foto acervo da família. Disponível em: Bonifácio, o Major da folia. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/bonifacio-o-major-da-fofia.html>. Acesso em: 10 set. 2024.

A inserção de Bonifácio nos mais variados ciclos progressistas de Maceió é notável. A sua primeira nomeação como político em cargo acontece no governo de Gabino Besouro em 1892, quando foi indicado para o cargo de Intendente de Maceió. O início de uma carreira política que iria perdurar durante alguns anos. Sabemos que Bonifácio era membro do partido democrata, como consta na ata publicada pelo *Gutenberg* em 13 de agosto de 1894, quando da escolha dos candidatos do partido para o cargo de governador e vice-governador da eleição naquele ano. Em 23 de outubro, seu nome foi apresentado para um novo cargo, o de deputado no Congresso Estadual, ao lado de outros nomes da sociedade Alagoana. No mesmo período a morte do filho adotivo Antônio abalou sua família, sendo publicada no *Gutenberg* uma nota de agradecimento aos que acompanharam o funeral ocorrido em 26 do mesmo mês.

Ao longo da Primeira República, a carreira política de Bonifácio foi sendo consolidada. Em paralelo, quando refletimos sobre suas influências e como elas refletem na sua atuação social, vemos que os ideários abolicionistas e democráticos eram suas principais

características. Ele tinha participação na luta pela abolição da escravidão, inclusive como membro da Sociedade Libertadora Alagoana, conforme veremos no próximo tópico. Ainda como bom republicano, encontramos seu nome consta na lista do “Club Republicano” de Alagoas, juntamente com seus irmãos Clemente Magalhães da Silveira e José Magalhães da Silveira (Gracindo, 1943, pp. 80-85). Segundo relatos era um leitor ávido, leu muito sobre a Revolução Francesa, o que teria criado nele amor à ideia francesa de liberdade, igualdade e fraternidade.ⁱⁱⁱ

Em 1892, após sair do cargo de Intendente Municipal, foi eleito também a deputado estadual, cargo que ocupou durante várias legislaturas, inclusive na Era Malta. Já em 1896, apresenta-se como candidato ao cargo de Intendente de Maceió, publicou no *Jornal Gutenberg* em 5 de junho, uma fala dirigida “ao distinto eleitorado do município da capital”. Assim escreveu:

Convicto de que todo o cidadão deve prestar à localidade de seu domicílio o concurso de seus esforços para que venha ela a fruir do bem-estar a que tem jus, apresento-me perante o eleitorado do distrito desta capital, solicitando seus votos em sufrágio a minha candidatura ao lugar de Intendente.

Sei que nenhum título me recomenda a tão elevado cargo, a não serem os bons desejos de que me acho possuído, para bem servir aos meus co-municípios (sic).

Asseguro aos que me sufragarem que não pouparei meus esforços para ser útil à causa pública.

Já fui Intendente d'este município e a consciência não me exproba de ter deixado de cumprir os deveres inerentes ao tão espinhoso lugar.

Nem me levem à conta de imodéstia dizer que a imprensa d'esta cidade sempre me faz honrosas referências quanto ao cumprimento dos falados deveres. Trabalhar pelo progresso material e moral do município preocupando-me com a solução dos difíceis problemas que são affectos (sic) a tão importante ramo do Poder público, qual o municipal, é tarefa de que procurarei desempenhar-me satisfatoriamente se o digno eleitorado entender de sufragar em meu nome.

A todos que me distinguirem com seus votos, hipoteco minha gratidão.

Maceió 5 de junho de 1896 – Bonifácio Magalhães da Silveira.

Após o pleito eleitoral, acabou sendo nomeado como vice-intendente, conforme noticiado no *Gutenberg* em 24 de junho do mesmo ano. Entre o final do XIX e início do XX, ainda ocupou o cargo de Deputado Estadual, sendo apresentado pelo Partido Republicano no dia 30 de outubro de 1906, para legislatura dos anos de 1907 a 1909. O cargo já tinha sido ocupado por Bonifácio em outras legislaturas, inclusive percebemos sua presença política durante toda Era Malta (Almeida, 2021), quando as oligarquias alagoanas dominavam à cena política no início do século XX. Encontramos ainda no *Gutenberg*, informações sobre o

envio de um “belíssimo estojo de barbear” ofertado por Bonifácio em decorrência do aniversário de Euclides Malta em 16 de setembro de 1907.

Na década seguinte ainda foi eleito em 1913 para conselheiro municipal (vereador), com 226 votos, durante a eleição que elegeu Firmino Vasconcellos como novo Intendente de Maceió como informa a *Revista Comercial das Alagoas* do mesmo ano. Em 1915 aparece à frente da polícia, para qual foi nomeado comandante nos últimos meses do governo de Clodoaldo da Fonseca (Porto, 1984, p.15), que era sucessor de Euclides Malta, num governo que prometia acabar com as oligarquias. Tal circulação entre governos distintos, só ratifica a capacidade de transitar de Bonifácio.

Ao sair do governo e da polícia, foi nomeado como Administrador das Capatazias da Alfândega de Maceió, cargo no qual ficou até aposentar-se. A sua função no porto do Jaraguá era de administrar todas as mercadorias que entravam e saíam do porto. Neste trabalho, como servidor público, em 1928 Bonifácio sofreu um acidente que o deixou debilitado de uma perna direita, como não curou como devia o ferimento, acabou sendo obrigado a andar de bengala, que mais tarde acabou tronando-se um símbolo seu (Porto, 1984, p. 28).

Bonifácio em sua vida ainda foi Major da Guarda Nacional e do Tiro Alagoano, e por isso ficou conhecido pelo título de Major, também recebeu o título honorário de Tenente do Exército devido ao seu apoio à causa republicana. Ao pesquisar sobre sua trajetória, encontramos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, no volume XXXI do ano 1975, um artigo de autoria de Mário de Carvalho Lima, sobre “A revolução de 1930 em Alagoas”. Nesse artigo o autor descreve a atuação de Bonifácio em um momento de tensão social. Conforme o relato o Governador de Pernambuco, Dr. Estácio Coimbra, chegou no porto do Jaraguá fugindo dos impactos da Revolução de 1930 em Recife. Foi Bonifácio da Silveira, ainda responsável pela Alfândega, que intermediou o contato entre os enviados do governador de Pernambuco e o governo de Alagoas. A embarcação usada na fuga do Recife estava cheia de munição e armamento. Após o encontro entre Jaime Coimbra, filho do governador de Pernambuco e Álvaro Paes, jornalista e governador de Alagoas, o Major Bonifácio foi encarregado pelo governador alagoano de transportar as armas e munições para terras maceioenses de forma discreta e escondida da população, mas dentro os conformes da lei. Mantendo assim, a aparente calma e discrição que o momento solicitava.

Antes de conferirmos como sua coleção impacta as pesquisas sobre a História de Alagoas, precisamos ainda apresentar de modo mais aprofundado seu papel como homem

abolicionista, uma atuação que vai impactar todos os seus atos como homem público, republicano e democrata.

O Abolicionista Bonifácio

Já sabemos que o início de sua vida adulta Bonifácio conviveu com os últimos anos da escravidão no Brasil. Durante esses tempos, exercendo seu trabalho como caixeiro no centro de Maceió, ele presenciou muitas cenas condenáveis que corroboraram para o desenvolvimento do seu sentimento abolicionista, atrelado ao seu pensamento republicano. Um acontecimento em 1985 marcou sua memória, ocorreu quando ele tinha por volta de 15 anos de idade. Conforme relatou em 1938, nas comemorações dos cinquenta anos de abolição, ele estava varrendo a parte externa da loja do seu irmão quando viu que em sua direção

(...) vinha um negro com uma coleira de ferro ao pescoço, a qual estava ligado um pedaço também de ferro com um metro de comprimento, tando na ponta um chocalho dos que se põem nos animais. Fiquei de tal forma indignado que, abandonando a loja, peguei o negro pelo braço e sai gritando pelo comercio afora, com um verdadeiro louco, até a porta do grande abolicionista Coronel Ricardo Brennand. Este chamou o coronel Domingos Lordsleen, Coronel Francisco Domingues, Antonio Alves, o Coronel Pedro Soares, Coronel Lima Rocha, Lima Buarque e outros, de que já não me lembro, e fomos juntos à tenda do ferreiro Pedro Delfert, no beco de São José. Lá chegando, o negro ajoelhou-se junto a uma bigorna, sendo cortada com talhadeira de aço a mencionada coleira. (...) (Porto, 1984, pp.10-11).

O relato feito por Bonifácio durante as comemorações da abolição em 1938, trazem à tona acontecimentos que ficaram para história do abolicionismo alagoano como uma marca. Tanto que Moacir Medeiros, acabou por encontrar registros do ocorrido em fontes do Arquivo Público quando foi diretor do local. Em seu livro ele indica que o dia do encontro do escravizado com Bonifácio, foi em 14 de junho de 1885. (1989, p. 30). Sobre o episódio existem duas indicações de proprietários do escravizado, uma delas indicando que seriam três cativos e não somente um, que pertenciam ao Capitão Jacinto Alves da Silva, dono do Engenho Hortelã que era localizado na atual cidade de Marechal Deodoro. Na versão de Bonifácio, que nos é repassada por sua neta Ilza Porto, o dono do escravizado seria o Coronel Flávio que era dono do Engenho Satuba. A cena em questão ficou registrada por Luiz Silva, um pintor de Alagoas e acabou sendo enviada para outras localidades no Brasil. Abaixo,

podemos acessar uma das cópias da imagem, que até o momento, sabemos de ao menos três reproduções^{iv}.



DESPEDAÇAMENTO de correntes de 8 escravos do capitão Hortelã. Maceió, AL: [s.n.], 14 jun. 1885. 1 cartão-postal, Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b , 7,8 x 11,3 cm em cartão: 8,5 x 13,3 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon299056/icon981640.html. Acesso em: 18 Jun. 2024.

Pela análise do que é descrito na imagem, acreditamos que a versão oriunda de Moacir de Medeiros parece indicar com maior veracidade os ocorridos. Contudo, não podemos descartar que a memória oriunda no seio familiar dos Bonifácio da Silveira, pode ter colocado mais ou menos elementos na narrativa. Como sabemos, Bonifácio era membro da Sociedade Libertadora Alagoana, no domingo, dia 13 de maio em 1888, estava em uma reunião do grupo para formalizar a alforria de duas escravizadas que tinham tido a liberdade comprada pela sociedade, quando saiu a notícia de abolição da escravidão e após o impacto da notícia, ocorreram quatro dias de festa. A sua participação na sociedade libertadora era dentro do grupo dramático, que promovia peças e eventos culturais para arrecadar recursos para comprar alforria de escravizados. Com 21 anos de idade, Bonifácio tinha acompanhado os últimos anos da escravidão, era leitor de Voltaire e de Castro Alves, com ideários de liberdade, igualdade e fraternidade oriundos da Revolução Francesa. Estava entre os

membros da elite intelectual alagoana, transmitindo seus valores sociais e culturais as vésperas da Primeira República.

A Coleção Bonifácio da Silveira e a História de Alagoas

A formação da coleção por parte do Major Bonifácio não tem uma origem certa, não sabemos como conseguiu os manuscritos, se foram doados ou angariados de diversos locais no decorrer dos anos em que viveu sua vida de abolicionista e político. Os manuscritos foram entregues ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas ainda em data incerta, acreditamos que após ter ingressado no quadro de sócios, como correspondente, doou seus recortes com “Autógrafo e Firmas seculares”, repletos de assinatura e documentos para compor o acervo da Instituição. Cabe lembrar que segundo consta, seu ensejo oficial era guardar assinaturas, como podemos observar nas páginas dos 6 volumes da coleção. Somados, podemos encontrar mais de 2.000 documentos colados, que compreendem temas e temporalidades diversas, mas com um foco em manuscritos que contam muito da sociedade escravista em Alagoas.

Coleção Bonifácio da Silveira (capa, assinaturas, fuligem)



Nas imagens retiradas da coleção podemos observar como o Major Bonifácio organizou os volumes, em encadernações grandes e que foram preenchidas sem uma ordem

cronológica ou temática específica. Um trabalho, que segundo relatos de sua família, começou a ser montado após sua aposentadoria nos anos trinta. Conforme Ilza Porto,

Já nos últimos anos de vida, como não podia tomar parte ativa nos festejos que promovia, o Major retirou-se para Marechal Deodoro, onde se entregou, com verdadeira paixão, à pesquisa dos documentos raros da nossa História. Alarmado com o abandono de tais escritos semidestruídos pelas traças e pelo mofo, ele compilou-os, fez um verdadeiro trabalho de pesquisa e seleção, outro trabalho de colagem em livros novos. (1984, p.19.)

Apesar da informação de que somente com sua aposentadoria começou sua coleção, acreditamos que muitos dos documentos poderiam ser de outros acervos e acabaram sendo doados e coletado ao longo dos anos. O seu “recolhimento” com a aposentadoria e as dificuldades com as sequelas da perna, podem ter sido um fator que dificultava a locomoção em busca de documentos. Em um artigo publicado por Félix de Lima Júnior no *Diário de Pernambuco* em 12 de dezembro de 1954, o autor conta que “o zelo e a paciência” do Major Bonifácio, tinham conseguido salvar das traças e do fogo, documentos antigos de um arquivo abandonado do tabelião da Cidade das Alagoas. Talvez isso justifique a existência de fuligem em alguns documentos. Mas como existe uma referência a Cidade das Alagoas, podemos pensar uma outra possibilidade, decorre da quantidade de fontes voltadas para o período escravista, o que nos faz pensar que alguns documentos podem ter sido salvos da queima promovida por Rui Barbosa e contada na obra *A Queima de Documentos da Escravidão*, de Moacir Medeiros de Sant’ana (1988).

Voltando para sua organização da Coleção, ao observarmos os volumes, é possível perceber a presença de várias assinaturas recortadas, especialmente nas bordas das páginas. Não sabemos até que ponto o Major queria de fato colecionar assinaturas, ou usou de tal argumento para conseguir coletar mais documentos, sem revelar suas intenções de preservação. Em certas colagens é possível perceber que a busca por salvar a assinatura, o Major inseria o documento completo, mesmo com a possibilidade de ser feito um corte, sem prejuízo ao documento. Nas assinaturas encontramos nomes de membros das elites do século XVIII e XIX, algumas delas presentes até hoje, como os Calheiros e os Lins.

Outro ponto, que mostra não somente a articulação efetivada por Bonifácio da Silveira, mas a importância de sua coleção de documentos, é que encontramos uma troca de correspondência em que certo “calhamaço” de documentos seria enviado para Arthur Ramos. Na carta, assinada de Maceió e datada de 30 de setembro de 1940, o interlocutor quer saber o que fazer para o envio da “brochura grande”, possibilitando que chegue nas

mãos de Arthur Ramos. A narrativa afirma que entre as informações, existia um processo sobre a apreensão de um contrabando de 18 “pretos vindos de Angola”, provavelmente no período de ilegalidade. Além disso, o Major solicita favores, como o envio de uns “óculos lentes”, que deveria ter o “grau mais forte que houver”, estava apressado, queria o envio “logo pelo correio”, possivelmente sua visão já estava prejudicada pela idade e a leitura de manuscritos. Ainda segundo o interlocutor que assina a carta, pede para que Arthur Ramos escrever um “cartãozinho ao Major”, pois ele continuava gritando que “o Dr. Arthur Ramos é o único homem que compreende!!!”.

Pela data de 1940 talvez estejamos falando do envio de uma brochura que acabou indo compor o acervo da Coleção Bonifácio da Silveira. Como sabemos, a coleta de documentos foi feita em cartórios, e o processo de montagem e encadernação dos volumes somente após sua aposentadoria, coincide com a época em que as primeiras publicações começam a sair no *Jornal Gazeta de Alagoas*, fundado pelos seus irmãos. O fato do contato estabelecido com Arthur Ramos, ainda pode assegurar que o contato entre o ilustre alagoano e membros da intelectualidade em Alagoas, rendeu muitas informações para os estudos que eram publicados por Ramos.

Entre Velharias e Patrimônio Histórico

A fundação do jornal *Gazeta de Alagoas* ocorreu em 1934, tendo como fundador Luiz Magalhães da Silveira e José Magalhães da Silveira, irmãos de Bonifácio. A partir do ano de 1938, após a aposentadoria, Bonifácio se mudou para Marechal Deodoro, onde se dedicou à preservação de documentos que ele colecionava e fazia colagens no intuito de conservá-los melhor. No mesmo ano, ele começou a publicar documentos transcritos no jornal de seus irmãos. A dinâmica das publicações inicialmente ocorria apenas aos domingos, com a coluna Velharias, com diversas temáticas e tipologias de documentos, sendo estes sempre mais extensos e detalhados. A primeira publicação ocorreu ainda em 01/01/1938. Poucos meses depois, em 30 de março, a publicação de documentos passou a ocorrer durante a semana, dentre a terça-feira e o sábado, com uma nova coluna, intitulada Patrimônio Histórico. Esta nova coluna apresentava bastante variedade de temas e tamanhos de documentos manuscritos. No atual estágio da pesquisa, conseguimos catalogar ao longo dos anos as publicações, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 – Publicações das Colunas na Gazeta de Alagoas									
Anos	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	Total
Patrimônio Histórico	143	183	135	187	159	121	196	65	1.189
Velharias	52	40	27	43	45	40	49	16	312

Cabe lembrar ainda que a coluna Patrimônio Histórico soma uma quantidade maior de publicações, chegando em determinados momentos a ser publicada também aos domingos junto com a coluna Velharias. Um outro ponto que deve ser considerado é que alguns exemplares dos jornais disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas não estão completos, especificamente no ano de 1941. A diminuição apresentada em 1945 ocorre por conta do falecimento de Bonifácio, ocorrido em 10 de agosto.

Na publicação abaixo, feita ainda no início de suas atividades, em 14 de julho de 1938, a coluna publicou a carta de liberdade da “mulatinha Rita” que foi alforriada pelo seu senhor. Ao lermos o documento, infelizmente nos deparamos com uma alforria condicional, pois Rita tinha somente quatro anos e era filha da “mulata Luzia”, tendo que ficar em companhia da mãe e seus proprietários até a morte deles, sendo obediente. A outra chance de Rita seria casar-se, pois assim ficaria “sem vigor o encargo gozando logo de toda liberdade”.

Coluna Patrimônio Histórico



Gazeta de Alagoas – 14 de julho de 1938

Já na coluna Velharias, o diferencial ocorria por sempre contarem comentários feitos por Bonifácio, normalmente condenatórios, sejam de cunho moral ou social, em especial aos horrores da escravidão. Podemos ver alguns destes exemplos nas publicações abaixo, a

primeira delas é de uma petição feita no domingo 26 de outubro de 1826, na qual consta uma partilha de bens que foi realizada após a morte de Antônia Maria Caldas. A divisão da herança feita de forma “amigável” pelos três herdeiros: Joaquim dos Santos Silva, José de Mello Correia e Luiz Pereira Leite, respectivamente o cônjuge, o filho e o genro de Antônia. Entre os vários bens, encontramos ouro e escravizados, na divisão cada herdeiro ficou com a parte mais valiosa da herança, os cativos.

Essa divisão entre eles acabou separando famílias negras, causando um comentário forte de Bonifácio, que após transcrever o documento acrescentou a seguinte opinião: “e chamam de partilhas “amigáveis” o que acima se lê!...É muito “amigável” este negócio de separarem as mulheres dos infelizes africanos, os filhos dos pais etc.!”. Apesar dos herdeiros serem parentes, as famílias escravizadas, em especial os pais, foram separados de seus filhos pequenos, que são referidos como cabrinhas. Tal fato causou a crítica ao ato feita por Bonifácio.

Dentre os documentos publicados, encontramos ainda testamentos, inventários, cartas de alforria, cópias de documentos referentes as milícias e ordenanças, editais de arrematação, mostrando uma variedade de origens das fontes. Numa catalogação por temas, o mais recorrente aborda a escravidão, aproximadamente 400 documentos tratam de cartas de liberdade, inventários com escravizados, testamentos, leilões de escravizados, cartas de legitimação de filhos com cativas, libelos de crimes, anúncios de venda e de escravos fugidos. A maioria destas fontes são do século XIX, sendo o documento mais antigo do século XVII, no mesmo ano em que ocorreu o último assalto ao quilombo dos Palmares em 1695.

Ao nos debruçarmos nas publicações, com foco nos escravizados, podemos analisar como eram inscritos, percebendo como eles foram alforriados, sob que circunstâncias, ou ainda conseguir quantificar algumas escravarias em Alagoas. Com o conhecimento e catalogação das fontes também é possível entender como eram vistos em meio aos demais atores sociais, como eles são nomeados e o seu papel naquele documento. Além disso, encontramos detalhes de localidade, nome dos senhores e suas propriedades, valor e idade dos escravizados, o seu nome. Em algumas fontes, temos descrições detalhadas dos escravizados, seja em momentos de fuga ou nas avaliações, sempre buscando as características físicas, seja para facilitar a captura ou a venda. No caso das origens, um dos focos de nossos estudos, é possível encontrar menções as possíveis origens africanas, o que nos mostra que Alagoas fazia parte de um comércio de cabotagem entre as praças da Cidade de Salvador e do Recife (Silva, 2024). Com um mapeamento feito é possível ainda observar

as relações com os pontos de embarque em África, algo que até o momento tem mostrado africanos classificados como Congo, Moçambique, Costa da Mina e muitos designados com Angola como foi possível observar na carta enviada para Arthur Ramos.

Ao preservar, transcrever e publicar tais documentos, Bonifácio nos legou situações diversas da escravidão em Alagoas, que não conseguimos amealhar em outros acervos por falta de fontes, especialmente para o século XVIII. Dentre os diversos casos, um que chama atenção é a Carta de Liberdade da escravizada “preta Domingas” (PH, 6 agosto, 1941), que é classificada como do gentio Angola e foi alforriada em 1759 por sua senhora, a viúva Anna Peixota. No registro feito no tabelião, encontramos a seguinte informação: “pelo amor de Deus, pelos bons serviços que tinha recebido dela e como também por ter parido sete crias, cujos todos se acham vivos, e também ela dita Viúva disse, que a forrava por ter recebido da dita Escrava a quantia de vinte mil reis”, algo que a Viúva fez questão de colocar no documento, e que nos mostra que a alforria de Domingas tinha custado não só os seus “bons serviços”, mais ainda, seus filhos e um valor em dinheiro.

O instrumento jurídico da Carta de Alforria, ainda apresenta outra nuance que mostra o jogo vivido durante o cativo, e no caso de Domingas, mãe, cativa, sequestrada de África, ainda teria mais uma barreira para viver sua liberdade em Alagoas. Sua senhora acrescenta uma condição, a de “ficar em sua “companhia a dita preta Domingas enquanto fosse viva”, e só depois de sua morte, lograria sua liberdade como fora”. Essa situação fez com que Bonifácio realizasse um comentário ao final da coluna exclamando tal acontecido, chamando a preta Domingas de “a pobre e infeliz escrava” que ainda precisaria sofrer até a morte de uma viúva, que a explorava e escravizava.

Para observarmos somente a temática das alforrias, encontramos outros casos que trazem múltiplas razões para que se cedesse a carta. Como em 1781 (PH, 26 de maio, 1943), quando a Dona Luzia de Araujo Barbosa, outra mulher viúva, era proprietária da mulata Catharina Jorge, que tinha vinte e dois anos. Para conseguir sua alforria, Catharina conseguiu colocar em seu lugar, como pagamento, “uma negra de Nação Benguela de nome Maria de idade de vinte anos pouco mais ou menos”. Nesse caso não houve condições e nem pagamentos extras cobrados pela senhora, mas a mulata Catharina já era nascida em cativo, pois sua mãe Luzia, também era escravizada pela sua ex-senhora.

Em seu comentário, Bonifácio diz que “está mais uma negra cena da escravidão!... uma infeliz escrava, dá por sua liberdade outra companheira de infortunió!...”, apesar da condenação e do lamento do Major, muitas outras situações iguais ou mais dolorosas

ocorreram durante a vigência da escravidão em Alagoas. Graças aos esforços do Major Bonifácio, para coletar, colar, transformar em brochuras, transcrever e publicar nas colunas dentro da Gazeta de Alagoas, temos acesso a documentos que nos auxiliam no estudo do passado colonial e imperial. Com sua entrada como socio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, e a doação de suas colagens, hoje podemos preservar o seu trabalho, valorizando não somente o homem que organizava festas no bairro do Bebedouro, o político e o militar, para nós, o senhor Bonifácio Magalhães da Silveira é um personagem que salva o passado, para que hoje possamos compreendê-lo através da análise histórica.

Considerações

Ao analisar a vida e o legado de Bonifácio Magalhães da Silveira e sua atuação social, cultural e política na Maceió de outrora, podemos perceber a importância de ações cotidianas de homens que inspirados pela sua realidade conseguiram ir mais fundo na sua atuação como cidadão. Em outubro de 1943 Bonifácio se tornou sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e doou os seus documentos para o acervo do Instituto ainda em meio as publicações que fazia na Gazeta de Alagoas, com seu falecimento em 1945, ainda não está claro se ele publicou todos os documentos que colecionava, se doou todos ao Instituto ou conseguiu remeter outros para Arthur Ramos, ou ainda, como ele teve acesso a tantos documentos das mais diversas temáticas possíveis.

A sua última publicação na coluna “Velharias” ocorreu no dia 18 de março de 1945 e da coluna “Patrimônio Histórico” ocorreu no dia 18 de maio do mesmo ano. Por serem perto do mês da sua morte e por ele já estar com certa idade, além da visão deteriorada, a ocorrência das publicações diminuíram significativamente. Após sua morte em 11 de agosto de 1945, das lamentações e pêsames publicados no jornal, durante muito tempo o Major Bonifácio foi lembrado pelas suas festas, pela sua sobriedade durante os eventos já que nunca bebia, pois dizia que a felicidade deveria ser algo natural.

Bonifácio Magalhães da Silveira foi uma figura de muita importância para a vida cultural do Bebedouro, trazendo festas, cultura, alegria e diversão para a população do bairro que hoje está abandonado após o crime ambiental da Braskem. Falar de um homem que foi festeiro e ao mesmo tempo de extrema importância para a preservação documental de Alagoas, são documentos dos mais variados temas e que só existem nas colagens e

publicações feitas pelo Bonifácio. Além de preservar e perpetuar esses documentos, ele democratizou o acesso ao colocar em documentos transcritos e comentados, divulgando informações que normalmente não chegariam para toda população. O seu legado merece ser conhecido e reconhecido, para que possamos entender como o passado nos faz imergir em histórias múltiplas que permitem conhecer nossa cidade, nosso bairro e como a formação de cada sujeito pode influenciar nas suas ações.

REFERÊNCIAS

ALMANAK DO ESTADO DAS ALAGOAS. Maceió; AL.: Typ. do Gutemberg. Desconhecida. Editor-proprietario: Antonio Alves e Eusebio de Andrade (1894). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/historico>. Acesso em: 3 out. 2024.
Localização: Publicações Seriadadas Raras - PR-SOR 04166 (1)

ALMEIDA, Anderson. Nas cinzas da Coleção Perseverança, a memória arde: a mão afro-alagoana além da quebra do Xangô – Tese – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – 2021.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Alagoas nos tempos de cólera. 2ª edição. Maceió: CBA Editora, 2018.

BONIFÁCIO, O MAJOR DA FOLIA. Ticianeli em Memória, Personalidades. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/bonifacio-o-major-da-folia.html>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRANDÃO, Alfredo. *Os negros na história de Alagoas*. Maceió, Comissão estadual do Centenário da Abolição, 1988.

CASTRO, Vanessa. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007.

CALHEIROS, Walmir. Durante os festejos natalinos, a elite fazia veraneio em bebedouro. *Gazeta de Alagoas*. Maceió. 24 de dez. 1966.

[CARTA a Arthur Ramos comunicando que recebeu do Major Bonifácio um "calhamaço" endereçado a ele]. Maceió, AL: [s.n.], 30 set. 1940. (2 p.) 1 doc, Orig. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1586245/mss1586245.pdf. Acesso em: 3 Sep. 2024.

COSTA, Craveiro. Maceió. 4ª. ed. Maceió: EDuneal, 2022.

COSTA, Valéria Gomes. *ÔMÍNIRA – mulheres e homens libertos da Costa d'África no recife (c.1846 – c. 1890)*. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2021.

DESPEDAÇAMENTO de correntes de 8 escravos do capitão Hortelã. Maceió, AL: [s.n.], 14 jun. 1885. 1 cartão-postal, Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b , 7,8 x 11,3 cm em cartão: 8,5 x 13,3 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon299056/icon981640.html. Acesso em: 18 Jun. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano XXXI. Nº 182, publicado em 8 de agosto de 1855. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_03/6725?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22. Acesso em 30 de setembro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano XXXVI. Nº 117 publicado em 21 de maio de 1960. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_04/1540?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 . Acesso em 30 de setembro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano XXXVII. Nº 193, publicado em 23 de agosto de 1861. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_04/4559?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 Acesso em 3 de outubro de 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano XLI. Nº 173, publicado em 31 de julho de 1865. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_04/14127?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 . Acesso em 30 de setembro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano XL. Nº 6, publicado em 9 de janeiro de 1864. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_04/10369?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22. Acesso em 30 de setembro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano XLII. Nº 183, publicado em 9 de agosto de 1866. Disponível: em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_04/16623?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22. Acesso em 3 de outubro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano XLV. Nº 30, publicado em 9 de fevereiro de 1869. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_04/22631?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 . Acesso em 30 de setembro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano XLVII. Nº 32, publicado em 9 de fevereiro de 1871. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_05/2620?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22. Acesso em 3 de outubro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano XLVII. Nº 33 , publicado em 10 de fevereiro de 1871. Disponível em

http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_05/2627?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 . Acesso em 29 de setembro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano XLVII. Nº144 publicado em 27 de Junho de 1871. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_05/3424?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 . Acesso em 3 de outubro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano XLVIII. Nº 281, publicado em 6 de dezembro de 1872. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_05/6930?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 . Acesso em 30 de setembro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano LI. Nº 42, publicado em 22 de fevereiro de 1875. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_05/12217?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 . Acesso em 3 de outubro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano LVII. Nº 94, publicado em 27 de abril de 1881. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_06/3155?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 . Acesso em 30 de setembro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano LVIII. Nº 217, publicado em 23 de setembro de 1882. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_06/6554?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 . Acesso em 4 de outubro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano LX. Nº 6, publicado em 8 de janeiro de 1884. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_06/9656?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 . Acesso em 2 de outubro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano LXI. Nº 88, publicado em 19 de abril de 1885. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_06/12726?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 . Acesso em 1 de outubro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano LVII. Nº 177, publicado em 6 de agosto de 1881. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_06/3821?pesq=%22Luiz%20Jose%20da%20Silveira%22 . Acesso em 1 de outubro de 2024

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, PE. Ano 130. Nº 276, publicado em 12 de dezembro de 1954. Disponível em http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_13/24817?pesq=%22bonifacio%20magalhães%20da%20silveira%22 Acesso em 30 de setembro de 2024

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Bangüê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3ª edição. Maceió: Edufal, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos** - decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano. 1ª edição. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.

GAZETA DE ALAGOAS. Colunas Velharias e Patrimônio Histórico, 1938 – 1945. Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

E ASSIM NASCEU A GAZETA DE ALAGOAS: Fundado por Luiz Magalhães da Silveira, matutino viria a ser o 1º veículo da Organização Arnon de Mello. **Gazeta de Alagoas**, [s. l.], 25 fev. 2023. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/politica/398971/e-assim-nasceu-a-gazeta-de-alagoas>. Acesso em: 6 fev. 2024.

GRACINDO, Inácio BRANDÃO. Discursos e Conferências. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, [s. l.], v. XXIII, p. 80-85, 1943.

GUTEMBERG. Maceio, AL: Typ. do Gutenberg, [1881]- . Diário. "Fundado por Antonio Alves". Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=237818&pagfis=1>. Acesso em: 3 out. 2024.
Localização: Publicações Seriadas - PR-SOR 02650

MATOS, Hebe. A vida Política. In: SCHWARTZ, Lilia. **História do Brasil Nação** – vol. 3 – A Abertura para o Mundo – 1889-1930. Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LEMOS, João R. **Bebedouro**: Comunidades de história e de fé. 1. ed. [S. l.: s. n.], 2003. 37-48 p.

LIMA, Mário de Carvalho. A Revolução de 1930 em Alagoas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Vol. XXXI, 1975.

MENDONÇA, Fernando de. O papai noel de bebedouro. Revista da Semana (RJ), Rio de Janeiro, RJ, n. 52, p. 15, 28 dez. 1940. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_04&pagfis=2629. Acesso em: 5 fev. 2024.

MENSAGEM DO GOVERNO DE ALAGOAS 1916 - Ano 1916\Edição 00001 (2)
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=872733&pesq=Bonifacio%20magalhaes%20silveira&pagfis=567>. Acesso em 30 de setembro de 2024.

PORTO, Ilza Espírito Santo. **Major Bonifácio Magalhães da Silveira**: O Homem do Governo e o Homem do Povo. Maceió: [s. n.], 1984. 44 p.

REVISTA COMMERCIAL E AGRICOLA DAS ALAGOAS. [S.l.: s.n.]. Desconhecida.
Localização: Publicações Seriadas

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Mitos da Escravidão**. Secretária de Comunicação Social: Maceió, 1989.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **A Queima de Documentos da Escravidão**. Secretária de Comunicação Social: Maceió, 1988.

Recebido em: 11 de outubro de 2024

Aprovado em: 21 de outubro de 2024

ⁱ Durante o seu período de prisão, o único filho mencionado como visitante foi Clemente Magalhães da Silveira, que era comerciante tanto em Recife como em Maceió.

ⁱⁱ Os dados com alguns documentos em que Bonifácio aparece como padrinho ao lado da esposa, além de outras informações familiares são encontrados na plataforma familysearch, e nos dão indícios de que por volta dos 22 anos o casamento ocorreu em Maceió. O perfil do Major Bonifácio pode ser encontrado no link: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/L5LB-N2K>

ⁱⁱⁱ Essa última se manifestou em várias ações praticadas pelo major que visavam o bem da sua comunidade. Pois realizava momentos de caridade e auxílio aos mais necessitados. Além disso, foi grande promotor de festejos no bairro do Bebedouro, participando de várias irmandades, sendo membro de comissões que organizavam as festas dos santos, o Natal e o carnaval.

^{iv} Conforme pesquisamos encontramos uma cópia na Biblioteca Nacional, outra no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e outra no Ceará. Sendo a cópia de Alagoas, a de número 3 conforme indicado no original.